IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA
"A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO"
19 A 22 DE OUTUBRO DE 2010 - VITÓRIA-ES

ENCONTRO PARALELO: III SIMPÓSIO ARQUIVOS DA DITADURA

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS MANIFESTAÇÕES DE PROTESTO ENTRE 1964 E 1968: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E ARQUIVOS

MARCELO NOGUEIRA DE SIQUEIRA[1]
mnsiq@yahoo.com.br

RESUMO:

Nos últimos anos inúmeros estudos, trabalhos acadêmicos, documentários e obras diversas foram produzidas sobre o período em que o Brasil viveu sob o regime militar (1964-1985). Podemos dividir essa produção intelectual em obras de análise histórica, jornalísticas, didáticas, de ficção e memorialísticas. Grande parte se utiliza, de forma maior ou menor, da farta documentação produzida no período ou sobre ele, seja de caráter jornalístico (jornais, revistas, programas de rádio, televisão etc), oficial ou com base na memória de participantes (depoimentos, entrevistas etc). Para este Simpósio compilei alguns trabalhos que venho produzindo nos últimos anos sobre o Movimento Estudantil e suas manifestações de protesto durante os primeiros anos da ditadura militar brasileira, e a resposta, com base na repressão e na violência, por parte das forças policiais e militares. O Movimento Estudantil representou de fato, até 1968, a principal força de oposição ao regime. Este artigo pretende contextualizar o período, indicando divergências, influências e estratégias do Movimento Estudantil da Guanabara, relatar as principais manifestações de protesto e, por fim, analisar, com base nas atas de Conselho de Segurança Nacional a repercussão e o que representou as ações do Movimento Estudantil.

Palavras-chave: Movimento estudantil, ditadura militar, passeatas.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos inúmeros estudos, trabalhos acadêmicos, documentários e obras diversas foram produzidas sobre o período em que o Brasil viveu sob o regime militar (1964-1985). Podemos dividir essa produção intelectual em obras historiográficas,

---

1 Bacharel em Arquivologia (UNIRIO), Especialista em História do Brasil Pós-1930 (UFF), Mestrando em História Social (UERJ). Arquivista do Arquivo Nacional, Coordenador substituto da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, membro da Comissão Técnica de Avaliação de Arquivos de Interesse Público e Social e membro da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

jornalísticas, didáticas, de ficção e memorialísticas. Grande parte se utiliza, de forma maior ou menor, da farta documentação produzida no período ou sobre ele, seja de caráter jornalístico (jornais, revistas, programas de rádio, televisão etc), oficial ou com base na memória de participantes (depoimentos, entrevistas etc). Com o surgimento do Projeto Memórias Reveladas, coordenado pelo Arquivo Nacional, uma grande rede de instituições arquivísticas e de documentação iniciou a disponibilização, através de portal próprio, de informações referentes aos conjuntos documentais produzidos no período, e que, após seu tratamento técnico, vem sendo disponibilizado para a sociedade, assegurando o direto do cidadão à verdade e à memória.

Para este Simpósio compilei alguns trabalhos que venho produzindo nos últimos anos sobre o Movimento Estudantil e suas manifestações de protesto durante os primeiros anos da ditadura militar brasileira, e a resposta, com base na repressão e na violência, por parte das forças policiais e militares. O Movimento Estudantil representou de fato, até 1968, a principal força de oposição ao regime. Pretendo neste momento contextualizar este período, indicando divergências, influências e estratégias do Movimento Estudantil da Guanabara, relatar as principais manifestações de protesto e, por fim, analisar, com base nas atas de Conselho de Segurança Nacional a repercussão e o que representou as ações do Movimento Estudantil.

2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL

A partir da década de 1960, o número de universidades no Brasil aumentou consideravelmente, bem como o processo de federalização dessas instituições. Mesmo com o aumento de vagas e de cursos oferecidos, a procura foi bem superior, em virtude do crescimento populacional das cidades e da consolidação de uma classe média urbana, causando uma crescente tensão no meio estudantil secundarista que desejava ingressar na universidade. Com o surgimento dessas instituições e a criação de novos cursos, aumentou o número de estudantes universitários, proporcionando um crescimento de centros e diretórios acadêmicos fortalecendo, assim, as organizações estudantis. A União Nacional dos Estudantes (UNE) participava com grande destaque não só da vida política nacional como também da intensa efervescência cultural da época, produzindo e difundindo obras na área teatral, cinematográfica e musical.

Contudo, nesse início de década, o país vivia um processo de radicalização política, em razão da campanha pelas reformas de base propostas por João Goulart que congregava um amplo conjunto de forças progressistas, incluindo as organizações

estudantis. A tensão entre propostas, interesses e modelos econômicos das forças conservadoras e progressistas culminou na deposição do presidente João Goulart no golpe iniciado em 31 de março de 1964 e concluído no dia seguinte, 1º de abril, com a vitória da direita conservadora. Esse movimento, amplamente apoiado pelas forças militares, igreja, imprensa e pela classe média, não sofreu maiores resistências e foi rapidamente consumado com o apoio de grande parte da classe política. Nos momentos seguintes ao golpe, uma onda repressora atingiu pessoas, entidades e associações civis e políticas identificadas com a frente nacionalista e de esquerda que dava sustentação ao projeto de governo de João Goulart. Vários dirigentes, sindicalistas, intelectuais e políticos foram presos, entidades fechadas e suas atividades proibidas. A sede da UNE, na Praia do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro, foi destruída por um incêndio criminoso e todas as organizações estudantis foram extintas e proibidas.

Com a extinção da UNE, a proibição de greves e atividades políticas de entidades estudantis e a perseguição a pessoas associadas aos movimentos progressistas de esquerda, boa parte da diretoria da UNE e um grande número de estudantes se exilaram ou entraram na clandestinidade. Porém, mesmo com o fechamento das entidades estudantis, as atividades políticas dos estudantes nas universidades continuaram de modo intenso. Se as lideranças, em um primeiro momento, foram perseguidas e tiveram que se afastar, o mesmo não aconteceu com a base do movimento estudantil, que nesse instante foi poupada, propiciando a formação de uma nova geração e o surgimento de outros líderes.

Havia três forças relevantes organizadas no movimento estudantil universitário a partir desse momento: a Ação Popular (AP), que se mantém após o golpe congregando segmentos moderados, mas com uma direção com tendências revolucionárias; as dissidências do Partido Comunista Brasileiro e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, a ORM-POLOP, que possuía forte estruturação teórica.

Estudantes que militavam na Ação Popular iniciaram o processo de reorganização da UNE, promovendo reuniões e assembleias clandestinamente, da mesma forma que articulavam manifestações de protesto, greves e pequenas passeatas. Nas universidades e em entidades estaduais e regionais de organização estudantil havia grande luta pelo controle político, com disputas acirradas e divergências teóricas e metodológicas.

Em março de 1965, na aula inaugural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o presidente Castelo Branco foi vaiado por estudantes, causando a prisão de alguns deles. O episódio mexeu com os brios do movimento estudantil provocando solidariedade e mobilização dos diretórios acadêmicos e da União Metropolitana dos

Estudantes.[i] No mesmo ano o CACO-Livre, centro acadêmico independente da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, iniciou uma série de manifestações de rua e uma greve pela melhoria do bandejão. Logo em seguida promoveu, juntamente com estudantes de filosofia da mesma universidade, o primeiro ato oficial do movimento contra o regime militar: um julgamento público do governo em plena Central do Brasil envolvendo estudantes e trabalhadores. O ato não teve a repercussão desejada, pois no mesmo dia foi decretado o ato institucional n. 2, que esvaziou a manifestação e atraiu o interesse da mídia e da população.

No ano seguinte, 1966, o governo militar firmou uma parceria com os Estados Unidos para a instalação no país do modelo educacional norte-americano, ao criar o Acordo MEC-USAID, que sofreu ampla crítica do movimento estudantil que o considerava como ação imperialista dos norte-americanos e uma ingerência dos Estados Unidos na educação nacional. Ocorreram inúmeras manifestações de protesto em diversas universidades brasileiras, fortalecendo a articulação do movimento estudantil, que promoveu, no Rio de Janeiro, a primeira grande passeata contra o regime militar.

No congresso clandestino da UNE, em São Bernardo do Campo, houve a prisão de 178 estudantes, greves foram deflagradas em São Paulo, passeatas de protesto tomaram as ruas de Minas Gerais e no Rio de Janeiro foram suspensas as aulas na Faculdade Nacional de Direito. Esse contexto constituiu a fase inicial do processo que fez de setembro de 1966 um dos meses mais agitados e intensos do movimento estudantil.[ii]

No dia 22 de setembro, houve uma grande passeata de protesto contra o governo na praia Vermelha, em frente à Faculdade Nacional de Medicina da UFRJ. Com as palavras de ordem “povo organizado derruba a ditadura”, seiscentos estudantes iniciaram uma assembleia no interior da FNM. A polícia chegou e tentou entrar, mas os estudantes não deixaram, trancando as portas e fazendo barricadas, enquanto isso a polícia bloqueava as saídas não deixando ninguém sair. Discussões, debates e articulações aconteceram em ambos os lados, porém as negociações não avançaram e na madrugada a polícia invadiu a faculdade acabando violentamente com a ocupação, promovendo espancamentos e prisões. Esse episódio, o de maior violência até então contra estudantes e que seria um marco divisor do movimento estudantil, passou a ser conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”.

No início de 1967, o movimento estudantil estava se rearticulando, pois após o Massacre da Praia Vermelha o típico jovem que participava do movimento “virou vanguarda, liderança ou nunca mais participou de passeata”.[iii] Em janeiro o Congresso Nacional promulgava outra Constituição e uma nova Lei de Imprensa. Inicia-se uma

mobilização estudantil em apoio aos excedentes do vestibular, com prisão de inúmeros estudantes. Após a posse de Costa e Silva, é decretada a extinção dos órgãos estudantis e a criação da Lei de Segurança Nacional. Em virtude dos protestos dos estudantes cerca de mil deles são presos na Guanabara. Em abril, mês do desmantelamento da Guerrilha do Caparaó, há inúmeras manifestações no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. No mês seguinte, as manifestações e passeatas contra o acordo MEC-USAID tomam conta de diversas cidades pelo país. Em razão da demolição do antigo restaurante central dos estudantes e da inauguração de um novo, de forma precária, em outro local, várias passeatas e manifestações acontecem no Centro do Rio de Janeiro. O Calabouço, como era mais conhecido o restaurante, teve sua demolição sacramentada por causa da construção de um trevo viário e de obras locais de urbanismo. Ele funcionava ao lado do Museu de Arte Moderna, em frente ao Aeroporto Santos Dumont, e foi transferido para um terreno do estado ao lado da avenida General Justo, perto do Comando da Aeronáutica e cerca de quinhentos metros do local original.

Em agosto aconteceu o Congresso da UNE em um convento em Campinas, São Paulo. No final do ano o movimento estudantil, já reorganizado, protestava contra as anuidades nas universidades por todo o país e, no Rio de Janeiro, contra as péssimas instalações do restaurante Calabouço.

No início de 1968 o movimento estudantil, embora fortalecido e organizado, encontra-se polarizado em dois blocos: a Ação Popular e as dissidências do Partido Comunista.

As reivindicações estudantis no Rio de Janeiro, nesse início de ano, concentravam-se nas questões dos alunos excedentes do vestibular, do acordo MEC-USAID e dos protestos contra as obras inacabadas do novo restaurante Calabouço, que viria a ser o cenário do estopim da radicalização do movimento contra o governo. Em fevereiro, a classe teatral, insatisfeita com a censura, suspende por três dias as apresentações de peças e espetáculos.

No dia 28 de março os estudantes se reuniram para protestar contra as condições do novo Calabouço, que ainda estava inacabado e necessitava de várias obras. O movimento estudantil tinha na Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) o porta-voz das reivindicações dos que pediam melhorias nas instalações do restaurante e da comida por lá servida. A polícia e as autoridades acusavam seus frequentadores de serem estudantes profissionais, agitadores e de transformar o local em um centro de atividades subversivas.

Edson Luís de Lima Souto, dezoito anos, era um de seus típicos e assíduos

frequentadores. Oriundo de uma família pobre de Belém do Pará, veio para o Rio de Janeiro morar com parentes, estudar e tentar ganhar a vida. Morador do subúrbio passava o dia no Calabouço, pois estudava no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao restaurante onde fazia suas refeições e ganhava algum dinheiro fazendo pequenos serviços. Não era um “estudante profissional” ou “agitador”, muito menos fazia parte da liderança do movimento estudantil.

Quando a Polícia Militar chegou para acabar com a manifestação, com sua já conhecida truculência, foi recebida com pedras, vaias e provocações. Na confusão instaurada, um policial atirou contra a multidão atingindo Edson Luís e ferindo-o mortalmente (fato negado pela polícia nos dias seguintes). Seus colegas o socorreram e o levaram carregado até a Santa Casa de Misericórdia, aonde já chegou morto. Indignados, seus companheiros tomaram o corpo do estudante e saíram em passeata em direção à Assembleia Legislativa, na Cinelândia. Tinham por objetivo mostrar aos deputados o produto daquela repressão e proteger o corpo da Polícia Militar, já que imaginavam que a própria polícia poderia sumir com o cadáver. O cortejo seguiu pela rua Santa Luzia e se encaminhou para a embaixada americana na avenida Presidente Wilson. Sob os gritos de “assassinos”, os jovens atiraram pedras contra os vidros da embaixada, fazendo com que a polícia e os seguranças reagissem, provocando mais um corre-corre. Os estudantes seguiram e rumaram pela avenida Rio Branco em direção à Assembleia Legislativa, onde atualmente funciona a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

A notícia logo chegou a todos os cantos da cidade. Inúmeros estudantes, jornalistas e curiosos começaram a rumar para a Cinelândia para acompanhar o velório. Os deputados ficaram atônitos, mas nada podiam fazer, pois a Assembleia já estava tomada pelos estudantes revoltados. O corpo foi colocado numa mesa e coberto até a cintura por uma bandeira brasileira. Alguns cartazes foram afixados ao seu redor e inúmeros discursos foram proferidos durante a noite, sempre com a exibição da camisa ensanguentada do jovem morto. A autópsia teria de ser feita ali mesmo, pois os estudantes se recusavam a liberar o corpo.

Tomada por estudantes, jornalistas, artistas, políticos e curiosos, a Assembleia Legislativa tinha se tornado palco de protestos acalorados contra o regime militar. Na madrugada do dia 28 para 29 de março, o corpo de Edson Luís fora autopsiado e colocado no caixão. Discutiu-se o trajeto do cortejo fúnebre que o levaria até o cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo. Os estudantes recusaram o oferecimento de um carro dos bombeiros, o cortejo seria feito a pé.

Na manhã do dia 29 uma multidão, portando faixas e cartazes de protesto,

aglomerava-se na Cinelândia. Nas escadarias da Assembleia inúmeros discursos se sucediam, até que por volta das 16h deu-se início ao cortejo. O caixão, coberto com a bandeira nacional, era conduzido nos ombros pelos estudantes que se revezavam a cada instante. Uma multidão, estimada em cerca de cinquenta mil pessoas, seguia em silêncio, interrompido, por vezes, por palavras de ordem. Dos prédios, as pessoas batiam palmas, acenavam com lenços brancos e jogavam papel picado. O cortejo seguiu pelo Passeio Público, Lapa, Glória e, no final da tarde, chegou na praia do Flamengo. Ao passar em frente ao prédio abandonado da antiga sede da UNE, ilegal naquele momento, Vladimir Palmeira e outras lideranças estudantis invadiram o prédio e, de uma das janelas, proferiram inflamados discursos contra o regime militar enquanto uma bandeira dos Estados Unidos era queimada sob aplausos.

Ao chegar à praia de Botafogo já era noite. A luz havia sido cortada e a escuridão era vencida pelas velas acesas e tochas improvisadas pela multidão. Por volta das 19h, o cortejo chegou ao São João Batista. As portas já estavam trancadas, mas a multidão as arrombou. Cerca de dez mil pessoas ainda estavam presentes, e ao som do hino nacional Edson Luís foi sepultado. A dispersão foi em silêncio, contudo, entre os estudantes, uma frase era dita em tom de juramento e repetida como uma senha do que estava por vir: “Neste luto, começou a luta!”. No decorrer da noite inúmeros confrontos aconteceram. As forças policiais, que durante o enterro não apareceram, reprimiram com violência as manifestações posteriores ao sepultamento. Por todo país houve protestos, a rebelião estudantil havia começado.

Nos dias seguintes à morte de Edson Luís, o Rio de Janeiro presenciou intensas mobilizações de protesto, principalmente no 1º de abril, quarto aniversário da deposição de João Goulart, quando houve inúmeros conflitos pelas ruas da cidade. No dia 2 uma comissão de estudantes e intelectuais agendou a missa de sétimo dia de Edson Luís na Igreja da Candelária, no Centro da cidade. Outras missas também foram marcadas, e uma manifestação nas escadarias da Assembleia Legislativa foi proibida pela polícia. O Exército avisou que não iria tolerar qualquer tipo de manifestação política dentro ou fora das igrejas e o ministro da Justiça, Gama e Silva, solicitou que as forças policiais da cidade ficassem em total prontidão contra os protestos estudantis.

Na manhã do dia 4 de abril, dia das missas, tanques do Exército ocupavam trechos da avenida Presidente Vargas, militares vigiavam esquinas, agentes do DOPS em cima de edifícios observavam o movimento nas ruas, aviões da FAB cruzavam o céu e PMs a cavalo percorriam as imediações da Candelária. A polícia tinha prometido que não haveria violência, mas desde cedo o cenário montado pela repressão indicava o contrário. Após

as missas da manhã, a polícia já demonstrava a que estava disposta, sua cavalaria dispersava a multidão e agredia indiscriminadamente quem estava pelo caminho, principalmente grupos de estudantes. A missa da noite, iniciada às 18h, era a última e a mais importante do dia. Cerca de seiscentas pessoas estavam presentes à celebração de dom José de Castro Pinto, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A polícia e o Exército continuavam nas imediações da Candelária, impondo terror aos presentes. Os cavalariços mantinham seus cavalos à porta da igreja, e o frenético barulho dos cascos dava a impressão de que a qualquer momento a cavalaria invadiria a nave central. O clima era de tensão e o confronto iminente.

Ao final da missa, os padres, liderados por dom José de Castro Pinto, negociaram uma saída pacífica para os presentes, em especial os estudantes. De mãos dadas, os religiosos fizeram um cordão de isolamento e conduziram as pessoas à saída da igreja. Apesar disso, os que seguiram pelas ruas adjacentes foram perseguidos e espancados pela polícia, tornando o Centro da cidade palco de inúmeros conflitos.

Depois desses acontecimentos, uma série de protestos estudantis aconteceu pela cidade, sempre com a repressão da polícia. A tática mais utilizada era a pichação de palavras de ordem em muros e prédios públicos e comícios-relâmpagos, que consistiam em pequenos discursos proferidos por lideranças estudantis que logo se dispersavam. O movimento crescia e se articulava. A luta por mais verbas, por maior número de vagas nas universidades, pela reabertura do restaurante Calabouço e contra o acordo MEC-USAID estava cada vez mais associada à luta contra o regime militar, que nesse mês proibiu a Frente Ampla de Jango, Juscelino e Lacerda e viu, surpreso, a greve de operários na cidade mineira de Contagem. No 1º de maio houve grande confusão nos protestos pelo Dia do Trabalho em São Paulo, quando o governador paulista Abreu Sodré foi apedrejado por manifestantes, causando grande impacto no meio estudantil. Algumas semanas depois foi sancionada a lei n. 5.439 que responsabilizava criminalmente os menores de idade envolvidos em ação contra a segurança nacional.

Em junho aumentou a intensidade dos protestos e a mobilização dos estudantes. O ministro da educação Tarso Dutra havia declarado que se dispunha a dialogar sobre as reivindicações do movimento, o que causou uma série de provocações dos estudantes. No dia 18 de junho, o *Correio da Manhã* noticiou na terceira página que os estudantes estavam desafiando o ministro para que cumprisse sua palavra e dialogasse com eles. No dia seguinte, uma grande manifestação foi marcada para acontecer em frente ao MEC, ocupar seu pátio e forçar um encontro com Tarso Dutra. O objetivo era a demonstração de força e desmoralizar o ministro com seu enterro simbólico. Cientes de que a polícia estava

preparada para a repressão costumeira, os estudantes se municiaram com pedras e coquetéis *molotov*, criando pela primeira vez uma estratégia de enfrentamento explícito. Bem articuladas, as diversas entidades estudantis fizeram nas universidades um amplo trabalho de divulgação do protesto que, prevista para a manhã, só foi se concretizar perto do meio-dia.

Divididos em três colunas e partindo ao mesmo tempo de pontos diferentes, os estudantes encontraram na porta do MEC uma polícia disposta a não deixar que a manifestação tivesse início. Utilizando blindados que disparavam jatos d'água na multidão, os famosos "brucutus", os policiais partiram para o ataque dispersando os estudantes que lá estavam. Conforme previamente combinado, eles se reagruparam na avenida Rio Branco e montaram barricadas impedindo o fluxo dos carros. Em frente ao prédio do *Jornal do Brasil*, na esquina da rua Sete de Setembro, os estudantes fizeram um comício e mais uma vez a polícia investiu contra os jovens que, numa atitude até então inédita, partiram para cima dos policiais. Com paus, pedras e em número maior, os estudantes conseguiram avançar até a rua Uruguaiana. Quando a cavalaria da Polícia Militar chegou, os estudantes espalharam bolas de gude e rolhas de cortiça pelo chão fazendo com que os cavalos se desequilibrassem e caíssem.

Um caminhão do Exército foi incendiado, e o líder estudantil Jean Marc Von der Weid foi preso, acusado de ter sido o autor do ato. O conflito prosseguiu até a noite quando a polícia controlou por completo o Centro do Rio.

No dia seguinte o movimento estudantil decidiu se concentrar no *campus* da praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, local aonde o Conselho Universitário iria se reunir. Os estudantes marcaram, para a mesma data, local e horário, uma assembleia geral onde seriam cobradas mais verbas para o ensino, mais vagas nas universidades e as reformas curriculares. Contudo, em virtude dos acontecimentos do dia anterior, decidiram que também iriam protestar contra a violência policial e exigir a libertação dos estudantes presos.

Cerca de dois mil estudantes tomaram as dependências do *campus* da praia Vermelha e, após invadir a reunião do Conselho Universitário, exigiram que reitor e professores descessem para o Teatro de Arena da Faculdade de Economia, onde estavam concentrados. Não houve violência, mas a pressão sobre os professores fez com que a maioria dos pontos defendidos pelos estudantes fosse aprovada pelo Conselho.

No início da tarde surgiram os primeiros rumores de que a universidade seria invadida pela polícia. O temor dos presentes era que se repetisse o "Massacre da Praia Vermelha", conflito acontecido em 1966 quando a polícia invadiu a Faculdade Nacional de

Medicina e, com extrema violência, acabou com uma manifestação estudantil.

Algumas horas depois, a polícia já tinha cercado o prédio e a tensão tomou conta do local. Ao anoitecer, o conflito era iminente. O reitor tentava encontrar uma solução pacífica, e a polícia, exigindo a saída imediata dos estudantes, acenava com a não violência desde que não houvesse nenhum tipo de agitação. O objetivo da polícia, entretanto, era a prisão do maior número possível de manifestantes.

Por volta das 19h, os estudantes, percebendo não haver possibilidade de acordo, decidiram se dividir em grupos. Como a universidade tinha várias saídas, a fuga foi facilitada, porém um grupo de cerca de quatrocentas pessoas, o último a sair, foi preso quando tentava se refugiar no campo de futebol do Botafogo, quase vizinho ao local do conflito. Com os manifestantes presos, a polícia abusou da intimidação e da violência. Os estudantes, humilhados e agredidos, foram obrigados a fazer fila indiana com as mãos na cabeça no meio do campo de futebol. Muitos tiveram de ficar deitados na calçada e outros acabaram conduzidos a delegacias da cidade. Houve relatos de abusos de todas as formas, inclusive sexuais. A televisão apareceu no local e no noticiário da noite as imagens chocaram a cidade. A classe média carioca viu seus filhos presos, espancados e humilhados, o que causou uma reação imediata e imprevista: a perda do apoio e da confiança no regime militar.

O movimento estudantil, por intermédio de suas lideranças, articulou na noite de quinta-feira uma grande passeata de protesto para o dia seguinte no Centro do Rio de Janeiro. Para despistar, marcaram o ponto de encontro na praça Tiradentes, às 8h da manhã. Tanto o local quanto o horário não eram usuais.

Vindos de vários pontos da cidade, os estudantes lotaram a praça e, após um breve comício, seguiram em caminhada em direção ao prédio do MEC. No caminho, os comerciantes, com medo, fechavam as portas de suas lojas enquanto muitas pessoas que estavam nas ruas aplaudiam a passeata. Durante o trajeto, os estudantes se municiaram de paus, pedras e barras de ferro de uma obra próxima. Ao chegarem na esquina do prédio do MEC, a polícia, em grande número, já os aguardava de prontidão. O confronto foi imediato e violento, o que obrigou os manifestantes a seguirem até a Cinelândia, onde um outro grupo de estudantes se concentrava. Decidiram então caminhar até a embaixada americana para apedrejá-la e rumar para o restaurante Calabouço, fechado há meses. Perto da embaixada, a segurança reagiu a tiros, fazendo com que os estudantes voltassem para a Cinelândia. Pelo caminho, a liderança estudantil decidiu fazer uma grande passeata na avenida Rio Branco. Enquanto se concentravam, a polícia voltou a atirar e a jogar bombas de gás lacrimogêneo tornando o Centro do Rio

uma verdadeira praça de guerra.

Durante todo o dia houve confronto violento, em proporções jamais vistas até então. Estudantes da Universidade Rural chegaram depois e, junto com jovens trabalhadores do Centro, engrossaram as fileiras dos manifestantes que enfrentavam a polícia. Bombas de gás lacrimogêneo eram atiradas em todas as direções, tiros eram disparados a ermo, barricadas eram montadas, chuvas de pedras caíam a todo instante e das janelas dos prédios muitas pessoas jogavam objetos nos policiais. No final do dia a contagem oficial registrava 23 pessoas baleadas, quatro mortes, dezenas de indivíduos feridos, intoxicados e espancados e cerca de mil presos. Também foi o primeiro confronto em que um policial morreu.

A “Semana Sangrenta”, como foi nomeada a sequência dos dias 19, 20 e 21 de junho de 1968, foi decisiva para a mudança dos rumos da oposição ao regime militar brasileiro. Em virtude da grande violência policial sobre os estudantes e da ampla cobertura da imprensa, a sociedade civil passou a contestar de forma mais veemente a ditadura que se instalara desde 1964.

Logo após a “Sexta-Feira Sangrenta”, dia de maior violência nas ruas durante o período militar, uma grande mobilização foi articulada pelos estudantes e intelectuais como resposta ao que estava acontecendo. Almejavam uma grande passeata, onde a sociedade pudesse expor pacificamente seu desejo de democracia. Também não interessava ao governo que conflitos como os da semana anterior se repetissem, pois a cada incidente sua popularidade junto à classe média diminuía. Entretanto, a linha dura do regime via nesses episódios a oportunidade de ampliação do modelo repressivo, e até propôs a decretação do estado de sítio, o que não foi aceito pelo presidente Costa e Silva, mas que, posteriormente, teria influência na criação do ato institucional n. 5.

Os governos estadual e federal liberaram a passeata, como forma de mostrar à população seu desejo de diálogo. Na verdade, foi um recuo estratégico, pois uma proibição resultaria em um confronto ainda maior. A data escolhida foi o dia 26 de junho, uma quarta-feira. O governador Negrão de Lima decretou ponto facultativo na esperança de esvaziar a cidade e, com isso, além de diminuir a importância da passeata, evitar possíveis confrontos.

Na manhã do dia 26 um incontável número de pessoas se concentrava na Cinelândia, em frente à Assembleia Legislativa. Primeiro chegaram os estudantes e depois artistas, padres, freiras, trabalhadores, famílias, jornalistas e intelectuais. Pouco depois do meio-dia, com a chegada do líder estudantil Vladimir Palmeira, iniciaram-se os discursos. Em seguida, a multidão começou a passeata seguindo em direção à

Candelária pela avenida Rio Branco, que ficou tomada de ponta a ponta. Sem a repressão policial e o clima de insegurança, o que se via eram pessoas sorridentes, de braços dados, gritando palavras de ordem e portando faixas de protesto. Das janelas dos prédios as pessoas batiam palmas e jogavam papel picado.

Quando chegou na Candelária, por volta das 16h, uma multidão de cerca de cem mil pessoas se espalhava pelas avenidas Rio Branco, Presidente Vargas e ruas adjacentes. Outros discursos aconteceram e uma comissão da passeata foi constituída com o objetivo de negociar com os governantes o fim da repressão policial, entre outras coisas.

No final da tarde, os estudantes se encaminharam até o Palácio Tiradentes para fazerem a última manifestação do dia. O sol já estava se pondo quando a passeata teve seu fim, contudo sua repercussão e simbolismo permaneceram para sempre na memória coletiva nacional.

Nos dias seguintes, a euforia do movimento estudantil e dos grupos que se opunham ao governo contrastava com a apreensão dos militares e a determinação dos segmentos chamados de “linha dura” em tornar o regime mais firme. No mesmo dia da Passeata dos Cem Mil, ocorreu em São Paulo um atentado à bomba contra o Quartel-General do II Exército ocasionando a morte do soldado Mário Kozel Filho. Alguns dias antes, também na capital paulista, integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) roubaram armas de um hospital militar.

O sucesso da Passeata dos Cem Mil e o fracasso da reunião da comissão com o presidente Costa e Silva fizeram com que o movimento estudantil promovesse uma nova manifestação na semana seguinte. No dia 4 de julho, os estudantes se reuniram no pátio do MEC e, após uma série de discursos de protesto, saíram em passeata com destino ao prédio do Superior Tribunal Militar para exigir a libertação do líder estudantil Jean Marc Von der Weid (que seria solto semanas depois) e dos demais estudantes presos na “Semana Sangrenta”.

Diferente da Passeata dos Cem Mil, essa manifestação era composta basicamente por estudantes, sobretudo secundaristas. Porém, no decorrer da passeata, que foi pacífica e sem maiores incidentes, muitos transeuntes e trabalhadores do Centro da cidade se juntaram a ela. O número de participantes foi calculado em aproximadamente cinquenta mil pessoas, embora muitos acreditem que ela tenha ultrapassado sessenta mil. Quando os estudantes chegaram ao Superior Tribunal Militar, outros discursos foram proferidos, todos objetivando a liberdade dos companheiros presos. Não houve violência e os próprios estudantes fizeram cordões de isolamento ao redor dos carros de polícia

para que não houvesse quebradeiras. A dispersão foi calma e também sem incidentes. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* exibia a manchete “Passeata foi pacífica mas não haverá permissão para outras”.

A Passeata dos Cinquenta Mil foi a última grande passeata de 1968. Logo em seguida, as férias escolares, o incremento da atividade repressora e uma mudança na estratégia do movimento estudantil fizeram com que as grandes passeatas fossem deixadas de lado. A partir desse momento o movimento gradativamente entrou em declínio. O presidente Costa e Silva, durante reunião do Conselho de Segurança Nacional, pensou em decretar o estado de sítio, preferindo, contudo, aguardar o desenrolar da situação, enquanto setores mais radicais do governo o pressionavam para que medidas mais severas fossem tomadas. Nesse mesmo mês, ocorreu a greve dos trabalhadores em Osasco, São Paulo, a depredação do Teatro Opinião, onde encenava-se a peça *Roda viva* de Chico Buarque, e o atentado à bomba contra a Associação Brasileira de Imprensa.

Todos os protestos foram reprimidos e as manifestações terminantemente proibidas. Na Guanabara Vladimir Palmeira foi preso e estudantes entraram em greve por sua liberdade. A UFMG e a UnB foram invadidas por forças militares. A liberdade de Vladimir Palmeira só ocorreu em setembro por meio do *habeas corpus* conseguido pelo advogado Marcello Alencar, que futuramente seria governador do Rio de Janeiro. Nesse mesmo mês, o deputado e ex-jornalista do *Correio da Manhã*, Márcio Moreira Alves, durante discurso no Congresso Nacional em que criticava a invasão da UnB, pergunta: “Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?” Em um segundo discurso, dias depois, Alves sugere ironicamente que as namoradas dos jovens militares os evitem e que sejam boicotados os desfiles de 7 de Setembro. Tais discursos desagradaram profundamente às Forças Armadas que se sentiram desrespeitadas por um notório adversário do regime.

No início de outubro, aconteceu a “Invasão da Maria Antônia” quando grupos paramilitares de direita, liderados pelo Comando de Caça aos Comunistas, ocuparam violentamente a Faculdade de Filosofia da USP provocando a morte de um estudante. Alguns dias depois a atriz Norma Bengel é sequestrada em São Paulo, espancada e liberada no Rio de Janeiro. Nesse mês foi realizado clandestinamente em Ibiúna, interior de São Paulo, o XXX Congresso da UNE, quando seria eleito o próximo presidente da entidade. As autoridades já sabiam que ele iria acontecer, mesmo com a tentativa dos estudantes de despistar a polícia com indicações de falsos congressos em outras cidades. Como estratégia para se evitar novas prisões, as passeatas e comícios-

relâmpagos tinham sido suspensos pelos estudantes semanas antes. No dia 12 de outubro, quando a polícia invadiu o sítio em que se realizava o Congresso, mais de mil estudantes de todo país e de diversas correntes políticas estavam presentes. Todos foram presos, inclusive as principais lideranças. Foi o golpe de misericórdia no movimento estudantil.

Houve algumas manifestações em favor da liberdade dos estudantes, coibida com grande repressão. No dia 22 de outubro, em uma manifestação em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), zona norte do Rio de Janeiro, os estudantes, como forma de protesto, pretendiam inaugurar a estátua “Liberdade 68”, um boneco de gorila com uniforme de polícia e uma metralhadora no lugar da tocha. Agentes do DOPS que vigiavam o local impediram violentamente a manifestação e durante o embate que se seguiu o estudante de medicina Luís Paulo da Cruz foi atingido por um tiro na cabeça e veio a falecer. A repressão continuou intensa nas semanas seguintes. O contexto político e a prisão das principais lideranças estudantis de todo país fizeram com que as manifestações de rua se tornassem cada vez mais raras.

Durante todo o mês de novembro houve intensa pressão dos comandos militares para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse licenciado pela Câmara dos Deputados para que fosse processado pelos discursos proferidos em setembro. Inúmeros setores das Forças Armadas desejam que o governo endureça o regime.

No dia 10 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal determina a liberação dos estudantes que estavam presos. Três dias depois, em 13 de dezembro, diante da recusa do Congresso Nacional em licenciar o deputado Márcio Moreira Alves para ser processado, o governo, utilizando tal fato como pretexto (ou como gota d’água como preferem alguns), decretou o ato institucional n. 5, fechando o Congresso, cassando mandados, decretando o estado de sítio, proibindo qualquer tipo de reunião e criando a censura prévia. A ditadura que era de fato tornara-se também de direito. O “golpe dentro do golpe” como muitos se referem ou a “revolução dentro da revolução” como alguns militares preferem deu início aos “Anos de chumbo”, período de enfrentamento armado nas cidades e no campo, de prisões, sequestros, mortes, torturas, banimentos e desaparecimentos. Muitos estudantes que nos anos anteriores protestavam contra as condições do ensino e contra o governo, ingressaram na luta armada ou a apoiaram logisticamente. Inúmeros não sobreviveram, outros encontram-se desaparecidos até hoje.

3 CONCLUSÃO

Existem inúmeros estudos e interpretações sobre a importância e a consequência dos episódios aqui narrados, sobretudo os que aconteceram em 1968. Não é objetivo deste trabalho analisar o impacto das manifestações estudantis na condução da política de segurança interna do regime militar naquele momento, muito menos estabelecer um elo de causa e consequência desses protestos com o endurecimento do regime. Contudo, observando documentos secretos do governo em 1968, no ápice dos protestos de rua, percebemos a grande preocupação do regime militar em conter o crescimento "subversivo" em curso. O movimento estudantil, com suas passeatas e protestos, tornou-se o principal foco dessa preocupação e a imprensa, tida como local de infiltração comunista e de oposição ao governo, foi percebida como sensacionalista por fazer apologia às reivindicações estudantis, sobretudo nas manchetes e fotografias sobre as passeatas e conflitos entre estudantes e policiais nas ruas do Rio de Janeiro.

Encontramos essa análise na 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão que tinha por finalidade o assessoramento ao presidente da República na formulação e condução da política de segurança nacional, presidido pelo próprio presidente e composto pelo vice-presidente, ministros de Estado, chefes do gabinete civil e militar da Presidência, chefes do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Estado-Maior das Forças Armadas e dos Estados-Maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica. Essa sessão, iniciada em 1º de julho de 1968 e concluída no dia 11 do mesmo mês no Rio de Janeiro, ou seja, poucos dias depois da Semana Sangrenta e das Passeatas dos Cem e Cinquenta Mil, foi pautada pela grande preocupação do governo em relação ao agravamento da situação nas ruas, sobretudo no Rio de Janeiro. O secretário-geral do CSN, o general Jayme Portella de Mello, inicia a reunião com a seguinte análise da conjuntura política do país:

> A situação nacional vem sendo tumultuada por fatos de importância crescente que representam desrespeito à autoridade constituída e as postulados da vida democrática. A associação das manifestações de massa com os recentes atos de terrorismo e sabotagem, repetidos em escala e vulto cada vez maiores, particularmente no RIO e em S. PAULO, caracterizam atentados flagrantes e violentos à ordem pública e ao regime. Tal estado de coisas vem produzindo gradativa sensação de insegurança à população, e, está gerando um sentimento de apreensão no seio das Forças Armadas, que vêm, claramente, em tudo isso, o início da contrarrevolução. Não parece haver mais dúvidas que as RECOMENDAÇÔES DE HAVANA (OLAS e outros Congressos), ultrapassado o período preparatório, encontram-se em fase de plena concretização (não só no BRASIL como na AMÉRICA LATINA), colocando na vanguarda, com vistas à

tomada do poder, a classe estudantil, não só universitária como também secundarista. Engrossam e respaldam essa vanguarda estudantil, os extremistas de esquerda de todos os matizes, os descontentes, os “inocentes úteis”, os expurgados pela Revolução e, possivelmente, os grupos econômicos nacionais ou estrangeiros, prejudicados pela política do governo. Orientam essas ações elementos especializados com preparo técnico e tático no exterior para o tipo de ação em curso, denominada “GUERRILHA URBANA”. SITUAÇÃO: No campo psicossocial. Área estudantil. A massa estudantil está sendo utilizada como vanguarda do processo geral de subversão, despontando assim, como grave e atual, o problema estudantil. […] Os órgãos de informação analisando o problema, caracterizaram a existência de: Uma filosofia revolucionária marxista bem definida, como se vê pelas diretrizes da “AÇÃO POPULAR” (AP), a qual “pretende radicalizar o movimento estudantil, para demonstrar a possibilidade de avanço das organizações estudantis, como órgão de pressão e agitação política. Um plano de luta perfeitamente estabelecido pelo “Seminário nacional sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro” abrangendo ideias – força que geram “slogans” e temas de combate como: denúncia do acordo MEC-USAID; luta pela reforma universitária; luta pela gratuidade do ensino; combate ao militarismo e ao Poder Militar, particularmente o Exército; criação de grupos de autodefesa. Sintomaticamente, esse plano termina com estas palavras: “A UNE assume o compromisso de lutar pela libertação do país, incorporando-se às fileiras do povo brasileiro, fazendo sua a perspectiva das classes trabalhadoras”. Uma organização dirigente e de enquadramento de massas que compreende: Órgãos de cúpula – UNE e AP, essencialmente; Órgãos de execução e enquadramento (DAs e DCEs) – entidades legais sob controle de elementos da UNE; – entidades ilegais encobertas por entidades legais de fachada. Motivação: utilização de reivindicações justas e sensíveis à opinião em geral (Reforma do ensino, liberação de verbas etc.) e de pretextos subversivos (Restaurante do Calabouço, anistia, abolição da censura etc.) associados a atos de violência (ocupação de faculdades, prisão de professores, depredação, reação à presença de autoridade pública etc.). […] Fatores que favorecem a ação subversiva: Deficiência estrutural do MEC; estrutura arcaica do ensino brasileiro; demasiada autonomia administrativa e disciplinar das Universidades em relação ao MEC e das Faculdades em relação às Universidades; falta de autoridade ou conivência de reitores, diretores e professores; ausência de apoio das lideranças estudantis democráticas; falta de repressão às lideranças estudantis extremistas; ausência de orientação moral e cívica da juventude; facilidade em meios de divulgação e cobertura da imprensa aos líderes esquerdistas; despreparo das Polícias Civis e Militares para enfrentarem ações de guerra revolucionária embora essa seja uma das missões que lhes estão afetas. Fatos mais recentes que caracterizam a ação subversiva: Após a realização das últimas passeatas e o recebimento pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República de uma comissão que se dizia representante dos

> estudantes da GUANABARA, o governo verificou que aquelas manifestações haviam perdido caráter estudantil assumindo feições de subversão. Expediu, em consequência, através do Ministério da Justiça, a 5 de julho, comunicado oficial, proibindo passeatas, a qualquer título. As preocupações do governo, quanto à infiltração extremista subversiva no meio estudantil, ficaram claramente confirmadas pelas declarações dos líderes esquerdistas em relação àquele comunicado oficial: "Não escolhemos a forma de manifestação: é política se o governo dá permissão, é violenta se as autoridades tentam reprimi-la". Como consequência disso tudo, as lideranças extremistas estudantis vêm se firmando dia a dia, sendo que, progressivamente, aumenta o número de jovens que as aceitam, agora, também, apoiadas por grande parcela da opinião pública.[iv]

Após outras considerações sobre o contexto político, o secretário-geral do CSN concluiu:

> A atual conjuntura nacional se configura, nítida, num quadro de guerra revolucionária, com ações de terrorismo em escala crescente, caminhando, particularmente, para a guerrilha urbana. A continuidade da evolução da situação, nas condições atuais, conduzirá em curto prazo, a um agravamento intolerável, com comprometimento da ordem pública e da política econômico-financeira do governo, e, ameaça ao regime. A adoção imediata de uma série de medidas políticas, econômicas, sociais e de segurança, todas elas enérgicas, profundas e de grande alcance, poderá impedir a concretização da hipótese acima. É indispensável a coordenação e o entrosamento dessas ações de nível federal com a atuação dos governos estaduais.[v]

Concluída a explanação do secretário-geral, o presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva, que também preside o Conselho de Segurança Nacional, distribuiu aos conselheiros um relatório sobre a questão de segurança interna em um resumo da conjuntura política do país, ressaltando a confidencialidade do que seria exposto. Segundo a ata da reunião, o presidente expôs que

> O documento que os senhores membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL tem em mãos, é de caráter ultra-secreto, de modo que deverá ser manuseado com a devida cautela. [...] se algum ministro ministro desejar uma leitura mais demorada, o fará sob essa condição de ultra-secreta. Este documento é uma análise feita à luz de informações positivas, muito bem estudadas e tiradas, que levam conclusões, embora não devamos entender que haja algo alarmante. O Conselho como órgão de assessoramento do presidente da República, deve tomar conhecimento deste e de outros documentos, que serão lidos nesta reunião. A

> palavra com o chefe do SNI, para fazer a exposição do que lhe compete na área de Segurança Nacional.[vi]

Em seguida o chefe do SNI, general Emílio Garrastazu Médici, que viria a ser o próximo presidente da República, inicia o relato da Síntese da Conjuntura Nacional preparada pelo SNI e que analisa diversos temas como a Frente Ampla, a oposição ao regime, as atividades de civis cassados e militares reformados pelos atos institucionais, eclesiásticos, trabalhadores, grupos econômicos estrangeiros contrários ao governo, as atividades subversivas e a imprensa. Quanto ao movimento estudantil o chefe do SNI fez uma ampla explanação contextualizando sua atuação, práticas e objetivos, bem como descrevendo sua história recente:

> Depois da cisão do Partido Comunista Brasileiro, com a formação do Partido Comunista do Brasil e a facção trotkista, surgiu uma nova força comunista no Brasil, a 'Ação Popular', oriunda da Juventude Universitária Católica que procurava fazer crer que o único meio de ganhar a liderança do Partido Comunista nas universidades seria a utilização de seus métodos de ação. O Partido Comunista, mais organizado, conseguiu sobrepor-se às lideranças do movimento, conquistando-as para seus quadros. A Ação Popular ganhou corpo, estruturou-se e conquistou a quase totalidade da direção do movimento estudantil. Tendo por base uma filosofia revolucionária, muito parecida com a maoísta-fidelista, seus adeptos desenvolveram teorias e partiram para a prática cujos resultados já se observaram em todo o país. Sociólogos, professores, sacerdotes, políticos e até altos escalões da administração pública e privada engrossaram seus quadros, constituindo-se em um contingente humano apreciável, cujo objetivo marcado é o desencadeamento de uma revolução social que mude as estruturas vigentes. Vários objetivos intermediários já foram atingidos, e faltam mais alguns, como o engajamento dos operários e dos camponeses para a conflagração final. De uma análise dos fatos que têm ocorrido nos últimos anos verifica-se: atos de sabotagem em linhas férreas; atos de terrorismo em órgãos de informação e jornais conservadores; atentados a bomba em diversos edifícios públicos e quartéis; atentados contra vidas (Guararapes); paralisação do comércio; greves de operários em Minas Gerais e São Paulo; sucessivas greves nas Faculdades em todo país; depredações, incêndios, passeatas, comícios, concentrações em todo o país; desmoralização dos atos do governo e das autoridades constituídas, através de dos veículos de divulgação (Televisão, Rádio e Imprensa); propagação de ideias marxistas nas escolas secundárias, através de murais, panfletos, manifestos, questionários e jornais escolares; participação de intelectuais nos manifestos de solidariedade; condenação à censura; exibição de espetáculos teatrais tipicamente marxista; apoio ao clero e às atitudes de estrangeiros ligados

> à Igreja; convulsões intestinais e comoção popular. Essa programação nascida em MOSCOU e adaptada em PEQUIM e HAVANA, está em plena execução no país. E o estágio já atingido no meio estudantil é de tal grau que os ‘slogans’ ‘VERBAS’, ‘EXCEDENTES’, ‘VAGAS’ e ‘QUALIDADE DO ENSINO’ foram substituídos por ‘MORTE’, ‘DITADURA’ e ‘ARMAS’, tudo encaixado em frases comunizantes: ‘O POVO ORGANIZADO DERRUBA A DITADURA’, ‘ARMAS PARA O POVO’, ‘POVO ARMADO FAZ REVOLUÇÃO’, ‘MORTE AOS GORILAS’, ‘O POVO ARMADO DERRUBA O GOVERNO’. No entanto, o que se vê nas ruas não é mais a condução das legítimas reivindicações estudantis, mas um movimento que tem um objetivo nítido qual seja o de derrubar o governo revolucionário instalado em hum mil novecentos e sessenta e quatro, para posterior implantação da Revolução Socialista Brasileira.[vii]

Concluindo, o chefe do SNI termina sua análise:

> Já não resta a menor dúvida de que os movimentos de falsos estudantes, de políticos, de eclesiásticos, de cassados e de grupos econômicos oportunistas, nos moldes em que desencadeiam, têm objetivos subversivos e representam a contrarrevolução. Passeatas de agitadores, destruição de bens públicos e privados, ocupação de Faculdades e atos terroristas caracterizam a presença de guerrilha urbana para, em uma primeira fase, atingir, certamente, quatro objetivos principais: afirmação das lideranças, desmoralização do poder constituído, obtenção do apoio popular e insegurança generalizada. Combinada essas ações de guerrilha urbana, com os atos de terrorismo, característicos da quarta fase da guerra revolucionária, estarão criadas as condições para a luta armada, em um movimento insurrecional a ser desencadeado, com a colaboração de políticos cassados, frustrados e revanchistas. Os fatos e os indícios aí estão por comprovar essa assertiva. O assalto sistemático a bancos, o roubo de armas e de explosivos, a ação subversiva de agentes nacionais e estrangeiros, a utilização dos estudantes como massa de manobra para enfraquecimento do governo perante a opinião pública indicam que está em curso um plano das esquerdas radicais com o apoio de políticos e cassados para a tomada do poder.[viii]

Fica claro ao observarmos tais análises que o governo encarava os fatos acontecidos como o início de uma guerrilha urbana subversiva. No decorrer da 41ª sessão todos os conselheiros, incluindo os ministros civis, reiteraram a necessidade do endurecimento do governo frente ao crescente clima de instabilidade política provocado pelas manifestações de rua. Segundo Carlos Fico, “a partir de então, a linha dura passou a agir de modo obviamente articulado no sentido de implantar um clima de terror visando a decretação do AI-5”.[ix] As passeatas, manifestações e protestos dos estudantes a partir

de 1964 e que teve como ápice 1968 foram decisivos para uma mudança de rumos do regime militar e dos movimentos de oposição.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Sebastião Marinho, 2007.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**: o movimento de 68 contado por seus líderes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 1998.

FICO, Carlos e ARAUJO, Maria Paula (org.) **1968: 40 anos depois: História e Memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A rebelião estudantil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. **1968**: a paixão de uma utopia. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira (Org.). **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Invasão da FNM**: 40 anos. Rio de Janeiro, 2006.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968**: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NOTAS

[i] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Invasão da FNM: 40 anos. Rio de Janeiro, 2006. Página 31

[ii] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Invasão da FNM: 40 anos. Rio de Janeiro, 2006. Página 49

[iii] Depoimento de Vladimir Palmeira ao autor em 2008.

[iv] Ata da 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Páginas 2 e 3.

[v] Ata da 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Página 7.

[vi] Ata da 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Página 7.

[vii] Ata da 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Página 12 e 13.

[viii] Ata da 41ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Página 13.

[ix] FICO, Carlos e ARAUJO, Maria Paula (orgs.) **1968: 40 anos depois** – História e Memória. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. Página 235 e 236.